



ARAG Senhorio
Seguro de Proteção Jurídica
para Senhorios



Índice

Cláusula preliminar	3
CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES, ÂMBITO SUBJETIVO E OBJETIVO DO SEGURO	4
Cláusula 1. ^a - Definições	4
Cláusula 2. ^a - Âmbito subjetivo	4
Cláusula 3. ^a - Objeto do Seguro	4
Cláusula 4. ^a - Despesas compreendidas no seguro	5
CAPÍTULO II - GARANTIAS	5
Cláusula 5. ^a - Defesa e reclamação em contratos de arrendamento	5
Cláusula 6. ^a - Defesa de direitos garantidos por outros seguros	6
Cláusula 7. ^a - Defesa da responsabilidade penal	6
Cláusula 8. ^a - Reclamação de danos	7
Cláusula 9. ^a - Reclamação em contratos de serviços de reparação ou manutenção	7
Cláusula 10. ^a - Assistência jurídica telefónica	7
CAPÍTULO III - LIMITES E EXCLUSÕES	7
Cláusula 11. ^a - Período de carência	7
Cláusula 12. ^a - Mínimo de litígio	7
Cláusula 13. ^a - Exclusões	8
CAPÍTULO IV - PRÉMIO	9
Cláusula 14. ^a - Pagamento do prémio	9
CAPÍTULO V - DEVERES DE INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL	10
Cláusula 15. ^a - Dever de informação sobre o risco	10
CAPÍTULO VI - SINISTROS	11
Cláusula 16. ^a - Conceito de Sinistro	11
Cláusula 17. ^a - Momento da ocorrência do sinistro	11
Cláusula 18. ^a - Participação do sinistro	11
	1



Cláusula 19. ^a - Regime a observar em caso de sinistro	12
Cláusula 20. ^a - Direito de livre escolha de Advogado ou Representante	13
Cláusula 21. ^a - Reembolso de despesas	14
Cláusula 22. ^a - Celebração de acordos	15
CAPÍTULO VII - ÂMBITO TERRITORIAL, EFICÁCIA E VALIDADE	15
Cláusula 23. ^a - Âmbito territorial	15
Cláusula 24. ^a - Eficácia e validade do seguro	15
Cláusula 25. ^a - Cessaçãõ do contrato	15
CAPÍTULO VIII - ALTERAÇÃO E AGRAVAMENTO DO RISCO	16
Cláusula 26. ^a - Alteraçãõ do risco	16
Cláusula 27. ^a - Agravamento do risco com ocorrênciã de sinistro	16
CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES DIVERSAS	17
Cláusula 28. ^a - Arbitragem e foro competente	17
Cláusula 29. ^a - Sub-rogaçãõ	17
Cláusula 30. ^a - Comunicações entre as partes	17
Cláusula 31. ^a - Limitaçãõ do direito de ativaçãõ do seguro	18



Cláusula preliminar

Entre a ARAG SE - Sucursal em Portugal, adiante designada por ARAG, e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas Condições Gerais e Particulares desta apólice, de acordo com as declarações constantes da proposta que lhe serviu de base e do qual faz parte integrante.

Condições Gerais

CAPÍTULO I - ÂMBITO SUBJETIVO E OBJETIVO DO SEGURO

Cláusula 1.^a - Definições

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

- a) Apólice:** o documento contratual que contém as condições reguladoras do seguro do qual fazem parte integrante as Condições Gerais e Particulares que individualizam o risco e os aditamentos emitidos para o completar ou modificar. Faz parte integrante do presente contrato e fica sujeita ao mesmo regime legal e contratual, a proposta de seguro preenchida aquando da subscrição do presente seguro;
- b) Limite de cobertura:** a quantia fixada em cada uma das garantias da apólice e que constitui o limite máximo de indemnização a liquidar pela Seguradora em caso de sinistro;
- c) Prémio:** o preço do seguro;
- d) Segurado:** a pessoa singular ou coletiva titular do interesse seguro, na qualidade de Senhorio ou Sublocador em contrato de arrendamento;
- e) Seguradora:** a ARAG SE - Sucursal em Portugal, entidade legalmente autorizada a explorar o ramo da Proteção Jurídica e que subscreve o presente contrato com o Tomador do Seguro;

f) Senhorio ou Sublocador: a pessoa

singular ou coletiva que se obriga a proporcionar à outra o gozo de um imóvel, para fins habitacionais ou não habitacionais, mediante o pagamento de uma renda e durante um determinado período de tempo. Para efeitos do presente contrato de seguro é equiparado ao Senhorio o Sublocador que subarrendou um imóvel, com observância da legislação em vigor;

g) Tomador do Seguro: a pessoa singular ou coletiva que subscreve o presente contrato com a ARAG e que está adstrita às obrigações dele decorrentes, salvo as que por sua natureza devam ser cumpridas pelo Segurado. O Tomador do Seguro poderá coincidir com o Segurado.

Cláusula 2.^a - Âmbito subjetivo

Ficam abrangidos pelo presente contrato o Segurado na qualidade de Senhorio ou Sublocador em contrato de arrendamento ou subarrendamento, respetivamente, celebrado de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a um ou mais imóveis destinados a habitação ou comércio, dos quais seja legítimo proprietário, usufrutuário ou simplesmente senhorio, e que estejam devidamente identificados nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a - Objeto do seguro

1. Pelo presente contrato de seguro a ARAG

garante a defesa dos direitos e interesses do Senhorio, mediante a contratação obrigatória das garantias indicadas no Capítulo II e nos exatos termos aí previstos.

2. A ARAG garante ainda a cobertura de despesas decorrentes da intervenção do Segurado num processo judicial, administrativo ou arbitral e patrocina os serviços de assistência jurídica necessários, nos termos e com os limites previstos nestas Condições Gerais e nas Condições Particulares da apólice.

Cláusula 4.^a - Despesas compreendidas no seguro

1. A ARAG garante e suporta as seguintes despesas:

- a)** Taxas e custas judiciais decorrentes de processos que estejam cobertos pela apólice;
- b)** Os honorários e despesas de Advogado com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados;
- c)** Honorários de Solicitador quando a sua intervenção seja obrigatória;
- d)** Emolumentos notariais quando os respetivos serviços sejam necessários para a defesa dos interesses do Segurado;
- e)** Honorários e despesas decorrentes da nomeação de peritos, desde que os respetivos serviços sejam necessários para a defesa dos interesses do Segurado.

2. Relativamente aos processos-crime cobertos

pelo presente contrato, a ARAG adiantará o valor das cauções aplicadas ao Segurado, como medida de coação, sem prejuízo das exclusões previstas na cláusula 13.^a.

3. A importância adiantada para pagamento da caução deverá ser reembolsada à ARAG:

- a)** Diretamente pelo Tribunal, logo que este autorize o seu levantamento;
- b)** Pelo Tomador do Seguro ou Segurado, quando o tribunal devolver esse valor;
- c)** Pelo Tomador do Seguro ou Segurado, quando seja certo que o Tribunal não irá devolver esse valor;
- d)** Pelo Tomador do Seguro ou Segurado no prazo máximo de 6 meses a contar da data em que foi prestada a caução.

4. A obrigação de reembolso será titulada por declaração de dívida assinada pelo Segurado no momento da prestação da caução.

CAPÍTULO II - GARANTIAS

Cláusula 5.^a - Defesa e reclamação em contratos de arrendamento

1. A ARAG garante a defesa e a reclamação judicial dos direitos do Segurado em conflitos diretamente relacionados com o contrato de arrendamento em vigor, de algum dos imóveis identificados nas Condições Particulares da apólice e celebrado em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente a Lei do Arrendamento Urbano.

Condições Gerais

2. Garante-se também a representação do Segurado em ações de despejo derivadas da falta de pagamento de rendas ou da realização de obras sem autorização, quando seja ele o Autor no correspondente processo judicial.

3. A reclamação de rendas em atraso fica garantida desde que o devedor não tenha sido judicialmente declarado insolvente.

4. Ficam fora do âmbito da presente cobertura, os sinistros cuja quantia a reclamar seja inferior a Euro 300,00.

Cláusula 6.^a - Defesa de direitos garantidos por outros seguros

1. A ARAG garante a defesa e a reclamação, extrajudicial e judicial, dos interesses do Segurado em caso de incumprimento contratual por parte de outras Companhias de Seguros, a fim de fazer valer os direitos que resultem das apólices de seguro por ele subscritas ou em relação às quais seja beneficiário relativamente ao imóvel identificado nas Condições Particulares e que estejam em vigor durante o período de eficácia do presente contrato.

2. O incumprimento contratual a que se faz referência, pode ocorrer por ação expressa da Companhia de Seguros ou por omissão que resulte na não reparação de um dano ou indemnização do seu correspondente valor no prazo máximo de três (3) meses a contar da data da ocorrência do sinistro. Nesta situação,

a ARAG garantirá também a reclamação dos danos que decorram diretamente da ação ou omissão, **desde que o Segurado comprove documentalmente que participou o sinistro dentro do prazo contratualmente estabelecido e reclamou de forma fundamentada, mas sem resultado satisfatório, os seus danos.**

3. Ficam abrangidos nesta garantia as despesas decorrentes da realização de peritagens contraditórias previstas nas apólices de seguro no âmbito das quais se apresenta reclamação, na parte em que se preveja que o respetivo custo será suportado pelo Segurado.

Cláusula 7.^a - Defesa da responsabilidade penal

1. A ARAG garante a defesa da responsabilidade penal do Segurado, como Senhorio ou Sublocador do imóvel identificado nas Condições Particulares da apólice.

2. Ficam expressamente excluídos os atos voluntariamente causados pelo Segurado ou aqueles em que concorra dolo ou culpa grave da sua parte, de acordo com sentença transitada em julgado.

Cláusula 8.^a - Reclamação de danos

A ARAG garante a reclamação extrajudicial ou judicial, contra terceiro responsável e identifi-

cável, dos danos causados ao imóvel identificado nas Condições Particulares, bem como, aos bens móveis situados no seu interior e que sejam propriedade do Segurado, incluindo os danos causados dolosamente, sempre que não sejam consequência do incumprimento de uma relação contratual específica entre o Segurado e o seu causador, sem prejuízo das garantias previstas nas cláusulas 5.^a, 6.^a e 9.^a.

Cláusula 9.^a - Reclamação em contratos de serviços de reparação ou manutenção

A ARAG garante a reclamação extrajudicial ou judicial, por incumprimento dos contratos de obras de reparação ou manutenção do imóvel e das suas instalações, **desde que o pagamento desses serviços caiba exclusivamente ao Segurado e tenham sido pelo mesmo já liquidados.**

Cláusula 10.^a - Assistência jurídica telefónica

A ARAG disponibiliza aos seus Segurados o contacto telefónico com um Advogado, que prestará toda e qualquer informação com vista à prevenção de um conflito, esclarecimento dos direitos que genericamente lhe assistam enquanto Senhorio ou Sublocador, bem como, sobre a melhor forma de se defender perante uma determinada situação. Para o efeito estará disponível uma linha telefónica específica.

CAPÍTULO III - LIMITES E EXCLUSÕES

Cláusula 11.^a - Período de carência

1. Considera-se período de carência o período de tempo que medeia entre o início da produção de efeitos do contrato de seguro e a data a partir da qual determinadas coberturas e garantias podem ser acionadas. Durante este período de tempo a garantia de certos riscos não produz efeitos.

2. Nos sinistros relativos a relações contratuais aplica-se um período de carência de 3 (três) meses, a contar da data de início de produção de efeitos da garantia afetada, exceto se a apólice tiver sido emitida em substituição de outra apólice ARAG que daria cobertura ao sinistro nos mesmos termos.

Cláusula 12.^a - Mínimo de litígio

1. Considera-se mínimo de litígio o valor mínimo de danos necessário para que uma determinada cobertura possa ser acionada ou possa funcionar na sua plenitude.

2. Os sinistros que impliquem uma reclamação judicial de danos, ficam sujeitos a um mínimo de litígio de Euro 150,00 (cento e cinquenta).

Condições Gerais

Cláusula 13.^a - Exclusões

1. Ficam expressamente excluídos da cobertura desta apólice:

- a) Qualquer tipo de atuações que derivem, de forma direta ou indireta, de danos produzidos por energia nuclear, alterações genéticas, substâncias radioativas de qualquer tipo, catástrofes naturais, ações bélicas, distúrbios de qualquer ordem, explosões, atos terroristas ou outros factos de carácter grave e anormal;
- b) Conflitos que derivem ou tenham origem em greves, *lock-out*, conflitos coletivos de trabalho e de regulação de relações de emprego;
- c) Os atos voluntariamente causados pelo Segurado ou aqueles em que concorra dolo ou culpa grave da sua parte, de acordo com sentença judicial transitada em julgado;
- d) Sinistros originados ou relacionados com o projeto de construção, a transformação ou demolição do imóvel, ou das suas instalações nas quais se encontre situado o risco, bem como, os originados por pedreiras, explorações mineiras e instalações fabris;
- e) Os procedimentos em matéria de urbanismo, emparcelamento ou expropriação;
- f) Sinistros derivados de contratos de arrendamento sazonais ou celebrados

por período inferior a um ano;

- g) Sinistros originados em contratos de arrendamento celebrados para o exercício de atividade industrial;
 - h) Em geral todos os factos que se declarem dois anos após a cessação de produção de efeitos do presente contrato ou aqueles cuja origem ou primeira manifestação ocorreu em data anterior ao período de produção de efeitos da apólice ou da garantia afetada.
2. Ficam, ainda, excluídas do presente contrato:
- a) As indemnizações e correspondentes juros de mora, bem como, multas ou sanções aplicadas ao Segurado;
 - b) Impostos ou outras prestações de carácter fiscal derivadas da apresentação de documentos públicos ou privados perante organismos oficiais;
 - c) Quaisquer despesas derivadas de pedido reconvençional ou de qualquer outra cumulação de pedidos em ação judicial quando se refira a matérias não compreendidas nas garantias contratadas;
 - d) O reembolso de quaisquer prestações não autorizadas previamente, bem como, de quaisquer despesas resultantes de ações judiciais ou recursos apresentados sem prévia autorização da ARAG.

CAPÍTULO IV - PRÉMIO

Cláusula 14.^a - Pagamento do prémio

- 1. O prémio ou fração inicial é devido na data da celebração do contrato, dependendo a sua eficácia do respetivo pagamento.**
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 6, os prémios ou frações subsequentes são devidos nas datas estabelecidas nas Condições Particulares da apólice, sendo aplicável, neste caso, o regime previsto nos n.ºs 3 a 5.
3. A Seguradora encontra-se obrigada, até 30 (trinta) dias antes da data em que o prémio ou fração subsequente é devido, a avisar, por escrito, o Tomador do Seguro, indicando nessa data, o valor a pagar, a forma e o lugar de pagamento e as consequências da falta de pagamento do prémio ou fração.
4. Nos contratos de seguro cujo pagamento do prémio seja objeto de fracionamento por prazo inferior ao trimestre, e estejam identificadas em documento contratual as datas de vencimento e os valores a pagar, bem como as consequências da falta de pagamento do prémio ou fração, a Seguradora pode optar por não proceder ao envio do aviso previsto no número anterior, recaindo sobre ela o ónus da prova da emissão e aceitação, pelo Tomador do Seguro, daquele documento contratual.
5. Nos termos da lei, a falta de pagamento do prémio ou fração na data indicada no aviso previsto no n.º 3 ou no documento contratual previsto no número anterior determina a não renovação ou a resolução automática e imediata do contrato, na data em que o pagamento seja devido.
6. A falta de pagamento, na data indicada no aviso, de um prémio adicional, desde que este decorra de um pedido do Tomador do Seguro para extensão da garantia, não implicando agravamento do risco inicial, determinará que se mantenham em vigor as condições contratuais anteriores àquele pedido.
7. Quando se verifique uma modificação da data de vencimento do contrato ou quando o contrato se inicie em data diferente daquela em que se vencerá anualmente, o prémio correspondente será calculado *pro rata temporis*, ou seja, tendo em conta o período de eficácia decorrido.
8. Todas as despesas, taxas e encargos estabelecidos ou a estabelecer em virtude do presente contrato de seguro são da exclusiva responsabilidade do Tomador do Seguro e são cobrados simultaneamente com o prémio.

CAPÍTULO V - DEVERES DE INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL

Cláusula 15.^a - Dever de informação sobre o risco

1. Antes da celebração do contrato, o Tomador

Condições Gerais

do Seguro e o Segurado estão obrigados a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pela Seguradora, ainda que as mesmas não sejam solicitadas em questionário eventualmente fornecido pela Seguradora para o efeito.

2. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no número anterior o contrato é anulável mediante declaração enviada pela Seguradora ao Tomador do Seguro, desde que não tenha havido participação de sinistro e no prazo de três meses a contar do conhecimento do incumprimento.

3. A Seguradora não está obrigada a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no número anterior, ou no decurso do prazo aí previsto, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. A Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da Seguradora ou do seu representante.

5. Em caso de dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

6. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1, a Seguradora pode, mediante declaração a

enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta. O contrato cessa os seus efeitos 20 dias após a receção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso nada responda ou a rejeite;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação.

7. Verificando-se a cessação do contrato o prémio é devolvido *pro rata temporis*, ou seja, tendo em conta o período de eficácia decorrido.

8. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) A Seguradora cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) A Seguradora, demonstrando que, em

caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculada à devolução do prémio.

CAPÍTULO VI - SINISTROS

Cláusula 16.^a - Conceito de sinistro

Entende-se por sinistro o facto ou sucessão de factos, imprevistos que provoquem danos ao Segurado, prejudiquem os seus interesses ou modifiquem a sua situação jurídica, e que ocorram durante o período de vigência do presente contrato, dando lugar ao acionamento das prestações garantidas.

Cláusula 17.^a - Momento da ocorrência do sinistro

- 1.** Nas garantias de defesa jurídica e em reclamações por incumprimento contratual, entende-se que o sinistro ocorre no momento em que se iniciou ou se pretende ter iniciado o incumprimento das normas contratuais.
- 2.** Em infrações penais, o sinistro produz-se no momento em que sejam praticados, ou se presume terem sido praticados, os atos puníveis.
- 3.** Em reclamações por culpa não contratual, no momento em que se cause o dano.

4. Nas reclamações de rendas em atraso, entende-se que o sinistro se verifica no momento em que inicia o não pagamento da renda por parte do inquilino ou arrendatário.

5. Os factos resultantes de uma mesma causa, serão considerados para efeitos do presente contrato, como um único sinistro.

Cláusula 18.^a - Participação do sinistro

1. O Tomador do Seguro, Segurado ou qualquer beneficiário deverão comunicar à ARAG a ocorrência do sinistro no prazo máximo de 8 dias a contar da data do seu conhecimento. Em caso de incumprimento deste prazo, a ARAG poderá reclamar os danos e prejuízos decorrentes da falta de participação atempada, exceto se se provar que teve conhecimento do sinistro por outro meio.

2. O Tomador do Seguro ou o Segurado deverão fornecer à ARAG todo o tipo de informações e a respetiva documentação referente às circunstâncias e consequências do sinistro. A violação deste dever, importará a perda do direito à indemnização.

3. Em caso de participação de sinistro com enquadramento em mais do que uma cobertura contratada, os limites de cobertura não serão cumuláveis, aplicando-se ao conjunto o limite correspondente a

Condições Gerais

uma das garantias acionadas, prevalecendo o de maior valor.

Cláusula 19.^a - Regime a observar em caso de sinistro

1. Uma vez declarado e aceite o sinistro, a ARAG realizará as diligências de acordo com as garantias contratadas e assumirá as despesas correspondentes, conforme a natureza e as circunstâncias do sinistro.
2. Em cumprimento das garantias contratadas e sempre que as circunstâncias o viabilizarem, a Seguradora promoverá a realização de um acordo amigável que satisfaça as pretensões e reconheça os direitos do Segurado. A regularização extrajudicial do sinistro é exclusivamente levada a cabo pela ARAG.
3. Se a via amigável não oferecer um resultado positivo e aceitável pelo Segurado, de acordo com as garantias contratadas, a ARAG patrocinará o recurso à via judicial, desde que o Segurado o solicite e seja razoável a sua pretensão.
4. Quando a Seguradora considere que não existem possibilidades de êxito de uma ação judicial e, por isso, decida não iniciar ou dar continuidade a um processo, nomeadamente pela via judicial, deverá comunicá-lo ao Segurado no mais curto prazo possível.
5. Na situação prevista no número anterior, o Segurado poderá prosseguir para a via judicial por sua conta e risco, tendo direito ao reembolso das despesas suportadas, dentro dos limites da cobertura contratada, se obtiver sentença judicial ou decisão arbitral favorável à sua pretensão.
6. O regime previsto nos números anteriores aplica-se com as devidas adaptações, sempre que esteja em causa a interposição de um recurso e existirem dúvidas quanto à viabilidade do mesmo.
7. O Segurado não poderá, sob pena de responder por perdas e danos:
 - a) Adiantar dinheiro, por conta, em nome ou sob a responsabilidade da ARAG, sem sua expressa autorização;
 - b) Dar ocasião, ainda que por omissão ou negligência, a sentença favorável a terceiro ou, quando não der imediato conhecimento à ARAG, a qualquer procedimento judicial intentado contra ele por motivo de sinistro a coberto da apólice.
8. No caso de omissão por parte do Tomador do Seguro ou do Segurado, de factos relevantes que lhe sejam imputáveis e que comprometam o desenrolar do processo, fica a ARAG com o direito de regresso em relação às despesas que tenha efetuado no mesmo.
9. Eventuais divergências serão resolvidas por recurso ao processo de arbitragem previsto na cláusula 28.^a destas Condições Gerais, sem prejuízo do direito conferido ao Segurado de

intentar ou prosseguir com a ação nos termos do número 5 desta cláusula, com as devidas adaptações.

Cláusula 20.^a - Direito de livre escolha de Advogado ou Representante

1. Ao Segurado é reconhecido o direito de livre escolha de Advogado ou, se preferir, de outra pessoa com a necessária habilitação legal para o defender ou representar, a partir do momento em que se veja envolvido num processo judicial, administrativo ou arbitral incluído na cobertura do seguro.

2. Antes de proceder à sua nomeação, o Segurado deverá comunicar à ARAG o nome do Advogado ou representante escolhido. A Seguradora poderá recusar fundamentadamente o profissional designado dando o devido conhecimento ao Segurado.

3. O Segurado fica obrigado a consultar previamente a ARAG sobre a oportunidade de intentar qualquer ação ou interpor recurso de uma sentença proferida em processo em que seja réu ou autor e sobre as propostas de transação que lhe sejam dirigidas, podendo a mesma opor-se à apresentação da ação ou recurso sempre que considere justa e suficiente a proposta apresentada pelo terceiro responsável.

4. Os profissionais nomeados pelo Segurado,

gozarão de toda a liberdade na direção técnica do litígio, sem dependerem de quaisquer instruções da ARAG, que também não responderá pela sua atuação nem pelo resultado final dos seus atos. Não obstante, a ARAG deverá ser informada de toda a sua atuação e da evolução do processo, devendo ser-lhe disponibilizadas cópias de todas as peças processuais.

5. A ARAG reembolsará o Segurado, após o trânsito em julgado da sentença, do valor das despesas e honorários devidamente comprovados, até ao limite quantitativo estabelecido nas Condições Particulares e nos termos previstos na cláusula 21.^a.

6. A ARAG reembolsará igualmente, as despesas e honorários de Advogado nomeado pelo Segurado, para intervenção com carácter de urgência, prévia à participação do sinistro, desde de que se comprove a urgência e se demonstre que o sinistro não poderia ter sido participado em data anterior.

7. Se o Advogado ou representante eleito pelo Segurado tiver domicílio profissional fora da área da comarca competente para a ação a patrocinar, serão da responsabilidade do Segurado todas as despesas e os honorários decorrentes das suas deslocações.

8. As situações previstas nos n.ºs 2 e 3 configuram conflitos de interesses que poderão ser submetidos a arbitragem nos termos da cláusula 28.^a, devendo a ARAG informar de ime-

Condições Gerais

diato o Segurado para que este possa exercer o seu direito de livre escolha de Advogado ou representante para prosseguir com a sua defesa ou reclamação.

Cláusula 21.^a - Reembolso de despesas

1. A ARAG suportará os honorários do Advogado que tenha tido intervenção num processo judicial, administrativo ou arbitral em que tenha sido parte o Segurado, com observância das normais legais e regulamentares fixadas a este respeito pela Ordem dos Advogados Portuguesa ou pelo respetivo Conselho Distrital. As divergências decorrentes da interpretação destas normas, serão submetidas à apreciação do órgão competente da Ordem dos Advogados Portuguesa.

2. Os limites decorrentes das supra referidas normas constituirão o limite máximo até ao qual a ARAG se obriga a suportar os custos cobertos no âmbito do presente contrato, desde que, não ultrapassem os limites previstos nas Condições Gerais e Particulares da apólice.

3. Se por nomeação do Segurado intervierem no sinistro mais de um Advogado, a Seguradora apenas ficará obrigada a suportar os honorários equivalentes à intervenção de um deles, tendo por critério a amplitude da defesa dos interesses do Segurado e sempre com sujeição aos limites supra referidos.

4. Os honorários de Solicitador, quando seja requerida a sua intervenção, serão liquidados conforme tabela fixada por lei.

5. Para o reembolso de despesas, o Segurado deverá fornecer à ARAG todo o tipo de informações e documentos, quer judiciais quer extrajudiciais, relacionados com o processo.

6. No âmbito da garantia prevista na cláusula 5.^a, quando as circunstâncias do risco sejam distintas das conhecidas pela Seguradora, o reembolso das despesas cobertas reduzir-se-á segundo as regras previstas na cláusula 15.^a, n.º 8, als. a) e b) com as necessárias adaptações, sempre que a diferença entre o valor real do arrendamento do imóvel e o que consta no recibo do último vencimento da apólice

Cláusula 22.^a - Celebração de acordos

O Segurado pode transigir no âmbito de processos pendentes se dessa transação não resultar qualquer encargo acrescido para a Seguradora. O Segurado deve consultar a ARAG sobre qualquer proposta de acordo que tenha intenção de aceitar transmitindo-lhe os exatos termos da oferta recebida, sob pena de perder o direito à indemnização.

CAPÍTULO VII - ÂMBITO TERRITORIAL, EFICÁCIA E VALIDADE

Cláusula 23.^a - Âmbito territorial

As garantias contratadas aplicam-se aos sinistros produzidos em território português e aos imóveis situados em território nacional, estando sujeitas à legislação e jurisdição portuguesas.

Cláusula 24.^a - Eficácia e validade do seguro

1. O seguro entra em vigor a partir das 0 horas do dia seguinte ao da sua celebração, desde que tenha sido liquidado prémio correspondente.

2. O seguro é celebrado pelo prazo de um ano renovando-se automaticamente por iguais períodos.

Cláusula 25.^a - Cessaçã do contrato

1. Sem prejuízo do regime legal e regulamentar em vigor, o presente contrato de seguro deixa de produzir os seus efeitos por:

a) Caducidade, na data prevista para o fim da produção de efeitos se for celebrado por período determinado ou por perda ou alienação do bem seguro;

b) Revogação, existindo acordo entre a Seguradora e o Tomador do Seguro ou Segurado;

c) Denúncia, efetuada por escrito por qualquer das partes, a todo o momento mas com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data da renovação.

d) Resolução, efetuada por escrito e a todo o momento por qualquer das partes, havendo justa causa nos termos gerais;

e) Falta de pagamento, nos termos previstos na cláusula 14.^a, do prémio inicial ou de uma anuidade subsequente ou de uma sua fração;

2. Verificando-se a cessação antecipada do contrato, o montante do prémio a devolver pela Seguradora ao Tomador do Seguro será calculado tendo em conta o período de eficácia já decorrido.

3. A regra prevista no número anterior não se aplica quando a cessação do contrato tenha origem em sinistro em resultado do qual a Seguradora tenha efetuado o pagamento de qualquer prestação.

4. Em qualquer caso, o contrato deixa de produzir os seus efeitos às 0 horas do dia em que se verifique a respetiva causa de cessação.

Condições Gerais

CAPÍTULO VIII - ALTERAÇÃO E AGRAVAMENTO DO RISCO

Cláusula 26.^a - Alteração do risco

1. Durante a vigência do presente contrato o Tomador do Seguro e o Segurado estão obrigados a informar a ARAG, no prazo de 14 dias a contar do seu conhecimento, de todas as circunstâncias que possam agravar o risco, desde que estas, se fossem conhecidas no momento da celebração do contrato tivessem podido influenciar a decisão de contratar da Seguradora ou as condições por ela aceites.

2. No prazo de 30 dias a contar do conhecimento do agravamento do risco, a Seguradora pode:

- a) Apresentar ao Tomador do Seguro proposta de modificação do contrato, que este no mesmo prazo deve aceitar ou recusar, sob pena de ficar aprovada a modificação proposta pela Seguradora;
- b) Fazer cessar o contrato demonstrando que não celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco;

Cláusula 27.^a - Agravamento do risco com ocorrência de sinistro

1. Se nas circunstâncias descritas no artigo anterior ocorrer um sinistro cuja ve-

rificação ou consequências tenham sido influenciadas pelo agravamento do risco, a Seguradora:

- a) Cobre o risco, efetuando a prestação acordada, se o agravamento tiver sido correta e atempadamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;
- b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que cobraria se conhecesse as circunstâncias reais do risco, se o agravamento não tiver sido correta e atempadamente comunicado antes do sinistro;
- c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, se o agravamento do risco resultar de facto praticado pelo Tomador do Seguro ou Segurado, a Seguradora não está obrigada ao pagamento de qualquer prestação se demonstrar que nunca celebraria um contrato que cobrisse riscos com as características que resultaram do agravamento.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Cláusula 28.^a - Arbitragem e foro competente

1. Sempre que surja uma divergência de opiniões ou um conflito de interesses entre a ARAG e o Segurado, ambas as partes têm o direito a recorrer a um processo de arbitragem, nos termos da legislação aplicável, assistindo ao Segurado o direito de livre escolha de Advogado ou, se preferir, outra pessoa com a necessária habilitação legal para o defender, representar ou servir os seus interesses.
2. O foro competente para a resolução de qualquer diferendo sobre a interpretação das cláusulas do presente contrato é o da Comarca de Lisboa.

Cláusula 29.^a - Sub-rogação

1. Ambas as partes acordam que a ARAG fica automaticamente sub-rogada nos direitos e ações que sejam reconhecidos aos Segurados, ou aos seus herdeiros legais, contra terceiros, no âmbito de processo abrangido pelas garantias da presente apólice, para tentar recuperar o valor dos pagamentos efetuados, designadamente custas e outras despesas judiciais, incluindo o custo dos serviços prestados.
2. O Tomador do Seguro e o Segurado respon-

derão por perdas e danos por qualquer ato ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício destes direitos.

Cláusula 30.^a - Comunicações entre as partes

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efetuadas por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, para a morada da Seguradora em Portugal.
2. **A alteração de morada ou de sede do Tomador do Seguro ou do Segurado deve ser comunicada à ARAG, nos 30 (trinta) dias subsequentes à data em que se verificarem, por carta registada com aviso de receção, sob pena de as comunicações ou notificações que a ARAG venha a efetuar para a morada desatualizada se terem por válidas e eficazes.**
3. As comunicações ou notificações da ARAG previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efetuadas por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, para a última morada ou endereço do Tomador do Seguro ou do Segurado consoante o constante no contrato, ou entretanto comunicada nos termos previstos no número anterior.

Condições Gerais

Cláusula 31.^a - Limitação do direito de ativação do seguro

As garantias resultantes do presente contrato de seguro deixarão de poder ser acionadas decorridos dois anos a contar da data em que podiam ser ativadas.







Rua Julieta Ferrão, n.º 10, 13.º A
1600-131 Lisboa
Tel. +351 21 761 53 20
Fax +351 21 761 53 29
geral@arag.pt
www.arag.pt